

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A utilização da literatura no ensino de história: estabelecendo a trama como fronteira

Antonio Germano Magalhães Junior*

Resumo

Ensinar história utilizando obras literárias é um tema que estimula questionamentos sobre os quais nos propomos a desartar de forma reflexiva. Serão objeto de nosso olhar investigativo três situações que permeiam a temática em questão: a possibilidade da utilização da literatura no ensino da história, suas dificuldades e práticas. A intenção de escrever sobre a práxis dos espaços fronteiros existentes na utilização da literatura no ensino de história parte da tomada de consciência de que não devemos, nem mesmo podemos, separar o que se realiza; nomeamo-la de prática do que acreditamos ser a teoria que norteia esta ação. Nossa escritura possibilita demonstrar que a constituição da trama pode ser uma fronteira que enlace a literatura e o ensino de história.

Palavras-chave: Literatura, história e Ensino de história.

Abstract: To teach history through literary pieces of work is a theme that stimulates questionings about which we are going to comment in a reflective way. Three situations will be the object of our investigative look that get in to the thematic one in question: the possibility of teaching history using literature, your difficulties and practical. The intetion of writing about the "práxis" of the borders space that exist in the use of literature in the history education has broken of the conscience taking of that does not have, not even we can, to separate what it is become fullfilled; we nominate it of practical what we believe to be the theory that guides this action. Our writing makes possible to demonstrate that the constitution of the tram can be a border that connect the literature and the education of history.

Keywords: Literature, History, Teach History

Ensinar história utilizando obras literárias é um tema que estimula questionamentos sobre os quais nos propomos a desartar de forma reflexiva. Serão objeto de nosso olhar investigativo três situações que permeiam a temática em questão: a possibilidade da utilização da literatura no ensino da história, suas dificuldades e práticas. Para realizarmos tal propositura necessitaremos estar constantemente vivenciando o exercício de escrever a práxis, termo transcrito da palavra grega que significa ação (ABBAGNANO, 1998). A intenção de escrever sobre a práxis dos espaços fronteiros existentes na utilização da literatura no ensino de história parte da tomada de consciência de que não devemos, nem mesmo podemos, separar o que se realiza; nomeamo-la de prática do que acreditamos ser a teoria que norteia esta ação. Procuraremos exercitar o ato de refletir sobre prática sabendo que

* Prof. da Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduado em Pedagogia e História, Mestre e Doutor em História da Educação. E-mail: germanomjr@yahoo.com.br.

não podemos separá-la da teoria, arriscando incorrerem em dicotomia que empobrece e não permite visualizar o funcionamento maquínico das coisas entrelaçadas com suas forças de intenção desejante.

Seremos obrigados a estar nos reportando ao que se faz e o que fundamenta este fazer na intenção de não separarmos o que acreditamos acontecer como um amálgama. Procuraremos ser o que os pedagogos chamam de didáticos, mesmo conscientes de que esta atribuição não é exclusividade deles. Acreditamos que ser didático é procurar caminhar com o outro e não fazer pelo outro; é ser claro e construir conjuntamente. Dividiremos a escritura em partes, embora cientes de incorrer no erro da separação do que não deve, ou mesmo pode, ser repartido. Acreditamos, todavia, que as coisas podem ser olhadas através de uma lupa e que ampliar o grau de visão não significa perder a consciência de que o objeto em foco está cingido em trama que amarra, esgarça e comprime dependendo do tempo, espaço e contexto.

Os questionamentos que se seguirão poderão estimular mudanças de práticas no ensino de história. Isto já bastaria para estimular a escritura deste texto, mas as palavras de Le Goff, redigidas no prefácio do livro “Apologia da história, ou, o ofício do historiador”, inspiram ainda mais as linhas que se seguem.

Entrar no teor deste livro é portanto grave. Trata-se de um tema sério, abordado em uma situação dramática. No entanto, Marc Bloch logo reencontra e repete uma das virtudes da história: ela “distrain”. Antes do desejo de conhecimento, ela é estimulada pelo “simples gosto”. E eis reabilitados, num lugar decerto marginal, limitado, a curiosidade e o romance histórico colocados a serviço da história: os leitores de Alexandre Dumas talvez não sejam senão “historiadores em potencial”. É preciso, portanto, para fazer a boa história, para ensiná-la, para fazê-la ser amada, não esquecer que, ao lado de suas “necessárias austeridade”, a história “tem seus gozos estéticos próprios”. Do mesmo modo, ao lado do necessário rigor ligado à erudição e à investigação dos mecanismos históricos, existe a “volúpia de aprender coisas singulares”; daí esse conselho, que me parece também muito bem-vindo ainda hoje: “Evitem retirar de nossa ciência sua parte de poesia” (In BLOCH, 2001: 19).

Começemos pelo que vivemos no ensino de história. Não é necessário nos determos em detalhes da prática do ensino de história no Brasil para sabermos o que acontece no cotidiano de muitas das salas de aula. O que vamos relatar/refletindo não é coisa de todos, coisa que acontece em todo lugar, mas você, leitor, reflita se já não aconteceu durante suas experiências escolares. Relatos, relatando, delatados, usurpados, heroizados, muitos “ados”, pouco participados, quase sempre não questionados, “decorados”, passados para aqueles que muitas vezes só querem passar, ver o fim daquilo. Datas, fatos, lugares, pessoas que não sei por que estão sendo ditas, mal ditas, bem ditas, são ditos a quem não diz, não fala, se falar

poderá até sair, é assim, quase sempre é assim. Pode ser diferente? Às vezes sim, mas devemos pensar o que pensa aquele que está posicionado para ouvir, sentado, quieto, o “bom aluno é o quieto!”. Será? Que é ser bom? Recomendamos uma dosagem de Nietzsche (1999) para compreendermos o que proporcionou a obtenção do título de “bons” para os “bem” comportados.

História e Literatura: a trama como fronteira

E a literatura? Qual a relação com tudo o que foi dito/visto? Para podermos melhor compreender, vamos enlaçar e diferenciar ao mesmo tempo. Acreditamos que começar com a diferença é mais “didático”. História é literatura? Literatura é história? Uma pergunta digna da esfinge. Coisa de quem quer complicar? Não, coisa de quem quer esclarecer e ajudar a fazer.

Consultando o dicionário encontramos sobre o termo Literatura:

Arte de escrever trabalhos artísticos em prosa e verso. Conjunto das produções literárias de um país, de uma época. Profissão do homem de letras: dedicar-se à literatura. Conjunto de obras sobre um determinado assunto; bibliografia; literatura sobre o câncer. Literatura de cordel, literatura popular, de pouco ou nenhum valor literário, geralmente em brochuras ou folhetos pendurados em cordel de bancas de jornaleiros ou vendidos em feiras do Nordeste. Literatura de ficção, o romance, a novela, o conto (KOOGAN, 1978: 513).

Se literatura é arte de escrever, podemos afirmar que um escrito de história é uma obra literária? Aqui chegamos a um questionamento em que necessita ser demonstrada a diferença para podermos responder se existe igualdade. Partindo da definição do termo história, veremos que ele possui uma historicidade e modificou-se em diferentes temporalidades. Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na “realidade histórica” ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula (LE GOFF, 1996: 18). Considerando as duas epígrafes anteriores, podemos inferir que a história faz fronteiras com a literatura; mas vejamos: o termo fronteira remete a encontro e separação. Nas palavras de Le Goff, uma narração pode ser verdadeira ou falsa. Então o que caracterizaria a narrativa histórica? Acreditamos que é a submissão do narrar a realidade acontecimental. Podemos dizer tudo o que os acontecimentos/documentos nos permitem dizer. Encontramos uma diferença que se faz fundamental. Um romancista, escrevendo sua obra literária, poderá estar descrevendo minuciosamente um acontecimento real vivenciado em um tempo, espaço e contexto particular. Mas ele poderá, como romancista, criar, veja

bem, sair dos acontecimentos vividos na realidade, descolando das amarras do real, construir/exercitar seus desejos, vivenciar suas ilusões e montar uma trama como acredita que ficaria mais desejante.

Alguém poderia perguntar: um historiador está sujeito as amarras da verdade? A palavra verdade relacionada à história possui uma vinculação direta aos fatos ocorridos em um tempo, espaço e contextos particulares, sendo que estes acontecimentos estão sujeitos à interpretação dos historiadores. Realizar uma narração historiográfica requer cuidados metodológicos que credenciarão uma narrativa como historiográfica. Mas podemos indagar: quem credenciará? Os seus iguais historiadores, seus pares, e todo o público que utilizará o termo: “isto foi verdade, porque os fatos/documentos assim o confirmam”, imprimindo assim o teor de narrativa de história e não de ficção, para um determinado texto/acontecimento.

Estas fronteiras, como as miragens, às vezes enganam. Um historiador poderá redigir sua narração, comprometido e comprometendo sua obra com ideais falaciosos, buscando gerar certezas que possam arrefecer questionamentos e ações. Não existe história pronta e acabada que não mereça ser revisitada e interpretada através de diferentes questionamentos. Esta incessante busca pela verdade, através do ato interpretativo, possibilita uma constante vigilância dos pares, narradores do real, de estarem se olhando e entrecruzando suas interpretações. A problematização do que se passou nas ações humanas no tempo é o motor propulsor do trabalho historiográfico. Mas devemos melhor definir e demonstrar as fronteiras entre a história e a literatura através da diferença existente entre a narração histórica e a ficcional.

A narrativa histórica e a narrativa ficcional apenas colocam-se em campos diferentes na maneira delas referirem-se ao real. Considero muito prudente a colocação de Paul Ricoeur que “a história e a ficção referem-se ambas à ação humana, embora o façam na base de duas pretensões referenciais diferentes. Só a história pode articular a pretensão referencial de acordo com as regras de evidência comum a todo o corpo das ciências”, ao passo que, “as narrativas ficcionais podem cultivar uma pretensão referencial de outro tipo, de acordo com a referência desdobrada do discurso poético. Esta pretensão referencial não é senão a pretensão de redescrever a realidade segundo as estruturas simbólicas da ficção” (In: Tempo e Narrativa, 1994). Esta cuidadosa observação de Ricoeur é muito importante, pois, apesar de assumirmos, junto com Paul Veyne, que a história não é uma ciência, tal como a física, ela se estrutura, ao fim e ao cabo, no campo epistemológico das ciências, por ser um conhecimento baseado nas evidências empíricas e, portanto, sujeito ao crédito da prova, no caso, documental (DECCA, 1998: 17).

Ao percebermos as demarcações fronteiriças entre a história e a literatura, devemos lembrar que existe um termo utilizado nas duas diferentes áreas do conhecimento

que, ao mesmo tempo que separa, mediado pela diferente forma de narrar as ações humanas, aproxima pela particularidade e a necessidade de utilizar este olhar epistemológico. Estamos falando da trama. Podemos encontrar duas formas distintas de narrar um acontecimento histórico ou ficcional, de maneira linear, encarrilhando os acontecimentos como um trem sob duas linhas. Dirigindo-se para frente ou para trás, guiando-se pela cronologia dos acontecimentos, ou mesmo como um rosário, com suas contas amarradas, não permitindo a entrada de novas ou diferentes contas, que poderiam enriquecer pela quantidade e pela diversidade o objeto de devoção. Acreditamos que a postura linear de narração histórica, quase sempre, pouco estimula o leitor a compreender o acontecido. Um rosário está no âmbito do sagrado; logo, algo que venha a ser retirado ou acrescentado daquele objeto vai interferir na sua “ordem”, o que é encarado como não questionável. Acreditou-se que a descrição factualista de datas, nomes de pessoas envolvidas no acontecimento, a localização exata do ocorrido e a descrição minuciosa dos detalhes do que estava presente no cenário bastavam para se ter uma história “científica”. Mas, muitas vezes, faltava a trama, torque que gera o gosto. Os autores ficcionais normalmente estão menos presos às narrativas lineares. Acreditamos que este fato esteja associado à necessidade de não perder de vista o prazer da escritura e da leitura.

Existe uma relação entre o estabelecimento das tramas e o prazer da leitura. Devemos melhor compreender o que seja a trama.

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; a gênese da sociedade feudal, a política mediterrânea de Felipe II ou somente um episódio dessa política, a revolução de Galileu. A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, Guerra e Paz ou Antônio e Cleópatra (VEYNE, 1998: 42).

Podemos perceber que a narrativa em forma de trama se caracteriza pela constituição de um enredo, personagens que se enlaçam, ações que não necessariamente se dirigem por uma cronologia crescente ou a escolha das ações de quem está aparentemente no poder. Nas tramas não podemos esquecer os outros atores que contracenam, os figurantes, aqueles que fazem a diferença na descrição de uma feira pública repleta de pessoas, local de um assassinato. Sem estes outros, que correm, gritam, choram no momento do atentado mortal, a cena fica sem cor, cheiro ou gosto e transforma-se de uma aquarela em um rosário

repetitivo e enfadonho, que ao passar de uma conta à outra não exercita a diferença. O gosto pelo texto é motivo de muitos debates nos ambientes educacionais.

Pensando nos ambientes educacionais, podemos perceber que existem deferentes motivos para os educandos estarem presentes nestes espaços. Mas se questionarmos pais, alunos, professores, ou outros quaisquer envolvidos nesta trama do educar no ambiente escolar, podemos encontrar diferentes discursos para justificar a ida aos estabelecimentos educacionais. O nosso objetivo é possibilitar reflexões sobre o que poderia auxiliar nas práticas de ensino de história para gerar uma melhor aprendizagem desta disciplina escolar. Mencionamos sobre os desprazeres de muitos alunos em relação ao estudo da história, conscientes de que existem muitos outros que realizam seus estudos com profundo gosto e prazer. Mas o que poderia atrair na tarefa de conhecer as ações humanas no tempo? A necessidade de saber como aconteceu? O prazer de saber sobre outros? A busca da identificação estudando as diferenças? Acreditamos que tudo isto e muito mais. Mas existe uma forma que pode auxiliar a busca do conhecer, já que a intencionalidade básica dos estabelecimentos escolares é possibilitar a aquisição do conhecimento. Mas o que seria conhecer?

Reconhecendo, no entanto, a quantidade e a velocidade das informações na sociedade de hoje, cabe estabelecer a diferença entre informação e conhecimento. Conhecer é mais do que obter informações. Conhecer significa trabalhar as informações. Ou seja, analisar, organizar, identificar suas fontes, estabelecer as diferenças destas na produção da informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. Trabalhar as informações na perspectiva de transforma-las em conhecimento é uma tarefa primordialmente da escola. Realizar o trabalho de análise crítica da informação relacionada à constituição da sociedade e seus valores, é trabalho para professor e não para monitor. Ou seja, para um profissional preparado científica, técnica, tecnológica, pedagógica, cultural e humanamente. Um profissional que reflete sobre o seu fazer, pesquisando-o nos contextos nos quais ocorre (PIMENTA; GHEDIN, 2002: 39).

Na epígrafe anterior, percebemos duas temáticas que ajudam na tarefa a que nos propomos. O papel da escola é trabalhar o conhecimento, não como mera informação, mas como mecanismo de manipulação, aplicação e descoberta. Mas devemos ter profissionais devidamente preparados para a tarefa de construir conjuntamente com seus alunos o ato de conhecer.

Passemos a analisar a possibilidade da utilização de obras literárias no ensino de história, de forma que auxiliem na construção de conhecimentos e não sejam mera aquisição de informações.

Obras literárias no cotidiano das aulas de história

Antes de iniciarmos algumas indagações que podem possibilitar uma reflexão/ação daqueles que pretendem utilizar obras literária no ensino de história, devemos esclarecer que não são somente os autores de obras literárias que escrevem e geram prazer em suas escrituras; muitos autores da história, na ânsia de “não fugir da veracidade dos fatos”, construíram verdadeiros rosários historiográficos, despreocupando-se com o prazer do leitor.

Como relata Roland Barthes, O prazer do texto é esse momento em que meu corpo vai seguir suas próprias idéias – pois meu corpo não tem as mesmas idéias que eu (2002: 24). Barthes, em seu livro O prazer do texto, indaga sobre o que possibilita esse prazer do autor e do leitor. Acreditamos que esta força desejante que impulsiona a escritura e a leitura de cada nova página está associada à construção da trama. Não é somente isto: a trama gera a possibilidade de entrar nela e vivê-la, construir e construir-se em um tempo, espaço e contexto particular mas, ao mesmo tempo, seu, meu, de quem deseja entrar nele. Existem professores de história que, ao relatarem o que se foi, parecem estar possuídos por uma força oculta que faz os olhos dos ouvintes virarem para trás e mergulhar no passado, passando a viver, reviver e pulsar nas ações humanas no tempo. Coisa que parece mágica. Mas o que faz o professor fazer “viajar”, mergulhar de forma desejante nas tramas da história? Acreditamos que é o poder da trama que está presente nas obras literárias.

Existem muitas obras na área de história que estão sendo elogiadas pelo poder de “prender a atenção do leitor como uma obra literária”. São exemplos: O queijo e os vermes, de Carlo Ginzburg, e A sagração da primavera, de Modris Eksteins. Sem desmerecer outros autores, estes foram os dois que surgiram à memória no memento da escritura deste texto. Existe a possibilidade da escritura da história permeada pela trama do acontecimento, algo que emaranha e dá sabor, possibilita o desejo do leitor.

Novamente os escritos de Barthes nos chamam a atenção.

Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente;: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer (2000:14)

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homem, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no

esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura (2000: 16).

Barthes demonstra o poder da língua, como desempenho de toda linguagem, afirmando a possibilidade de trapacear, criar, mesmo que estejamos sujeitos ao seu aspecto fascista. Professores de história podem utilizar obras literárias para auxiliar seus alunos a melhor compreender e interpretar as tramas dos acontecimentos que estão sendo motivos dos estudos históricos. Livros como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *O ateneu*, de Raul Pompéia, e *A Normalista*, de Adolfo Caminha, são alguns dos exemplos de obras que podem auxiliar a interpretar o contexto da trama dos acontecimentos históricos. Professores podem trabalhar juntos escolhendo obras que podem ser usadas nas aulas de história, literatura, geografia, sociologia, filosofia, são muitas as possibilidades que o prazer da literatura pode auxiliar no estudo da história.

Professores estão buscando formas de atrair seus alunos para o estudo dos conteúdos trabalhados nos estabelecimentos escolares. Uma batalha difícil em um mundo repleto de estímulos audiovisuais que encantam pelas propostas de interação e construção conjunta dos ambientes e tramas: os games, blogs, flogs ou quaisquer outros ambientes de que o usuário se sente autor. Temos que pensar/agir em estratégias e estimular o gosto pela leitura. O vídeo apresenta as imagens aos sentidos, não estimulando a criação delas como acontece com os livros que nos fazem criar cenários, figurinos e personagens que estão presentes no imaginário particular de cada novo leitor. São possibilidades outras de criação.

Devemos encerrar a escritura deste texto com a sugestão de possibilidades. Podemos escolher, juntamente com professores de outras disciplinas escolares, os livros que podem ser trabalhados conjuntamente, no caso da história, auxiliando na interpretação das tramas que ficção e realidade: vistas juntas e interpretadas separadamente podem gerar uma melhor compreensão do real e um prazer maior pelo estudo das ações humanas no tempo. Literatura e história trabalhadas conjuntamente, respeitando e interpretando suas diferenças, podem servir de fonte de conhecimento e prazer para alunos que a cada dia lêem menos e necessitam de mais conhecimento no enfrentamento das exigências de um mundo mais competitivo e exigente.

Bibliografia

ABBAGNAMO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARTHES, Roland. O prazer do texto. Trad. J. Guinsburg. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. Aula. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Ed. Cultrix. 2000.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história, ou, O ofício do historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAMINHA, Adolfo. A Normalista. 13ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. São Paulo: Circulo do Livro, 1992.

DECCA, Edgar Salvadori de. Questões teórico-metodológicas da história. In LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; (orgs). História e história da educação. Campinas, SP :Autores Associados: HISTEDBR, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

KOOGAN, Abrahão. Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções. Rio de Janeiro, Larousse do Brasil, 1978. Literatura.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

POMPÉIA, Raul. O Ateneu. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2003.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.